

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DA  
DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**

**ENTRE**

**DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.,  
COMO EMISSORA,**

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS,  
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**E**

**BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.,**

**PHILCO ELETRÔNICOS LTDA.**

**E**

**SR. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA E SRA. ADRIANA VIALLE BUFFARA,**

**COMO FIADORES**

---

**DATADA DE  
12 DE JUNHO DE 2012**

---

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA DA  
DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**, sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua Dona Francisca, nº 12.340, Pirabeiraba, CEP 89239-270, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.019.308/0001-28, neste ato representada na forma do seu estatuto social (doravante denominada simplesmente "**Emissora**");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, sociedade por ações, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas titulares das Debêntures, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada simplesmente "**Agente Fiduciário**");
- (c) **BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange, CEP 82520-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.492.701/0001-57, neste ato representada na forma do seu contrato social (doravante denominada simplesmente "**Britânia**");
- (d) **PHILCO ELETRÔNICOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange, CEP 82520-060, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.283.356/0001-04, neste ato representada na forma do seu contrato social (doravante denominada simplesmente "**Philco**"); e
- (e) **Sr. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.452.807-5, expedida pela SSP/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 834.017.689-72 e **Sra. ADRIANA VIALLE BUFFARA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, advogada, portadora da Cédula de

Identidade RG nº 14528075, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 834.017.689-72, ambos residentes e domiciliados na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua João Américo Oliveira, nº 705 (doravante denominados simplesmente "**Sr. César e Sra. Adriana**") (sendo Britânia, Philco e Sr. César e Sra. Adriana denominados, em conjunto como "**Fiadores**");

vêm, na melhor forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Diamond Business Trading S.A. ("**Escritura de Emissão**"), em observância às seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA I - DEFINIÇÕES**

- 1.1. Sem prejuízo de outros termos definidos nesta Escritura de Emissão, os termos a seguir são utilizados nesta Escritura de Emissão, tanto no singular quanto no plural, com o significado estabelecido nesta Cláusula, conforme segue:
  - 1.1.1. "**AGE**": possui o significado atribuído no item 2.1;
  - 1.1.2. "**Agente Escriurador**": possui o significado atribuído no item 11.1;
  - 1.1.3. "**Agente Fiduciário**": possui o significado atribuído no item (b) do preâmbulo;
  - 1.1.4. "**Amortização**": possui o significado atribuído no item 5.4.1;
  - 1.1.5. "**ANBIMA**": possui o significado atribuído no item 3.5.1;
  - 1.1.6. "**Assembleia de Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 10.1.1;
  - 1.1.7. "**Banco Mandatário**": possui o significado atribuído no item 11.2;
  - 1.1.8. "**CETIP**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
  - 1.1.9. "**Contrato de Distribuição**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
  - 1.1.10. "**Coordenador Líder**": possui o significado atribuído no item 4.6.1;
  - 1.1.11. "**Controle**": ações de titularidade de acionista ou grupo de acionistas vinculados por acordo de votos que detenham mais do que 50% (cinquenta por cento) das ações com direito de voto da sociedade;

- 1.1.12. "**CVM**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.13. "**Data de Emissão**": possui o significado atribuído no item 5.1.7;
- 1.1.14. "**Data de Início da Amortização**": possui o significado atribuído no item 5.4.1;
- 1.1.15. "**Data de Pagamento dos Juros**": possui o significado atribuído no item 5.3.1;
- 1.1.16. "**Data de Integralização**": possui o significado atribuído no item 5.2.1;
- 1.1.17. "**Data de Vencimento**": possui o significado atribuído no item 5.1.8;
- 1.1.18. "**Debêntures**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.19. "**Debêntures em Circulação**": possui o significado atribuído no item 10.1.5;
- 1.1.20. "**Debenturistas**": possui o significado atribuído no item 5.1.4;
- 1.1.21. "**Emissão**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.22. "**Emissora**": possui o significado atribuído no item (a) do preâmbulo;
- 1.1.23. "**Escritura de Emissão**": significa o presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Diamond Business Trading S.A.;
- 1.1.24. "**Evento de Inadimplemento**": possui o significado atribuído no item 6.1.1;
- 1.1.25. "**Fiança**": possui o significado atribuído no item 5.5.1;
- 1.1.26. "**IGP-M**": Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas;
- 1.1.27. "**Instrução CVM 358**": possui o significado atribuído na alínea (ff) do item 7.1.1;
- 1.1.28. "**Instrução CVM 476**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.29. "**Investidores Qualificados**": possui o significado atribuído no item 4.6.2;
- 1.1.30. "**JUCESC**": possui o significado atribuído no item 3.2.1;

- 1.1.31. "**Juros**": possui o significado atribuído no item 5.3.1;
- 1.1.32. "**Lei das Sociedades por Ações**": possui o significado atribuído no item 3.1;
- 1.1.33. "**Notificação de Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.4;
- 1.1.34. "**Oferta Restrita**": possui o significado atribuído no item 3.4.1;
- 1.1.35. "**Parcela de Amortização**": possui o significado atribuído no item 5.4.1;
- 1.1.36. "**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**": possui o significado atribuído no item 6.1.4;
- 1.1.37. "**SDT**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.38. "**SND**": possui o significado atribuído no item 3.6.1;
- 1.1.39. "**Taxa DI Over**": possui o significado atribuído no item 5.3.3;
- 1.1.40. "**Valor Nominal Unitário**": possui o significado atribuído no item 5.1.1;
- 1.1.41. "**Valor Total da Emissão**": possui o significado atribuído no item 4.5.1; e
- 1.1.42. "**Vencimento Antecipado**": possui o significado atribuído no item 6.1.1.

## **CLÁUSULA II - AUTORIZAÇÃO**

- 2.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 29 de maio de 2012 ("**AGE**").

## **CLÁUSULA III - REQUISITOS**

- 3.1. A 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária da Emissora ("**Emissão**" e "**Debêntures**", respectivamente) será realizada em observância ao disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), de acordo com os seguintes requisitos:

### 3.2. **Arquivamento e Publicação da Ata da AGE**

- 3.2.1. A ata da AGE que deliberou sobre a Emissão será devidamente: (i) arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina ("**JUCESC**"); e (ii) publicada no Jornal Gazeta de Joinville e no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina.

### 3.3. **Arquivamento da Escritura de Emissão e de Eventuais Aditamentos**

- 3.3.1. A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCESC, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

### 3.4. **Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários**

- 3.4.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Oferta Restrita**" e "**Instrução CVM 476**", respectivamente), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, a Oferta Restrita automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.

### 3.5. **Dispensa de Registro na ANBIMA**

- 3.5.1. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

### 3.6. **Registro para Distribuição e Negociação**

- 3.6.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos ("**SDT**") e por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("**SND**"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("**CETIP**"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.
- 3.6.2. Não obstante o descrito no item 3.6.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre os Investidores Qualificados (conforme definido abaixo)

depois de decorridos 90 (noventa) dias corridos de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado à disponibilização, pela Emissora, dos requisitos constantes no artigo 17 da mesma Instrução.

3.7. **Constituição da Garantia**

- 3.7.1. No prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da data de assinatura da presente Escritura de Emissão, a Emissora deverá efetuar, às suas expensas, o registro da Escritura de Emissão e seus anexos perante os Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, entregando ao Agente Fiduciário uma via original de cada documento em até 2 (dois) dias úteis do efetivo registro.

**CLÁUSULA IV - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

4.1. **Objeto Social da Emissora**

- 4.1.1. A Emissora tem por objeto social a importação, exportação e comércio de produtos eletro eletrônicos em geral, sob o regime de trading, intermediação de negócios e participação no capital social de outras sociedades na qualidade de sócia quotista ou acionista.

4.2. **Destinação dos Recursos da Emissão**

- 4.2.1. Os recursos desta Emissão deverão ser utilizados pela Emissora exclusivamente para alongamento do perfil das dívidas da Emissora.

4.3. **Número da Emissão**

- 4.3.1. Esta Escritura de Emissão constitui a 1ª (primeira) Emissão de Debêntures da Emissora.

4.4. **Número de Séries**

- 4.4.1. A Emissão será realizada em série única.

4.5. **Valor Total da Emissão**

4.5.1. O valor total da Emissão é de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**") na Data de Emissão (conforme definido abaixo).

4.6. **Colocação, Procedimento e Registro de Distribuição**

4.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, destinadas exclusivamente a Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), observados os termos e condições definidos no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, em Regime de Garantia Firme de Colocação, de Emissão da Diamond Business Trading S.A. ("**Contrato de Distribuição**"), a ser celebrado entre a Emissora e o BB – Banco de Investimento S.A., na qualidade de coordenador líder da Oferta Restrita ("**Coordenador Líder**").

4.6.2. O público alvo da Oferta Restrita serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("**Investidores Qualificados**").

4.6.3. No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelo Coordenador Líder; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados, nos termos da Instrução CVM 476, deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.6.4. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e nem perante a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável.

4.6.5. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.6.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o plano de distribuição previsto no Contrato de Distribuição.



## CLÁUSULA V - CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 5.1. Características Básicas

- 5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures é de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão (definida abaixo) ("**Valor Nominal Unitário**").
- 5.1.2. Quantidade de Debêntures. Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures, em uma única série.
- 5.1.3. Forma. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, nos termos do artigo 63, §2º da Lei das Sociedades por Ações.
- 5.1.4. Comprovação de Titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Agente Escriurador onde serão inscritos os nomes dos respectivos titulares das Debêntures ("**Debenturistas**"). Adicionalmente, a CETIP expedirá, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome dos titulares das Debêntures, o qual servirá como comprovante de titularidade.
- 5.1.5. Espécie. As Debêntures serão emitidas na espécie quirografária, com garantia fidejussória.
- 5.1.6. Classe. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.1.7. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a data da emissão das Debêntures será 25 de junho de 2012 ("**Data de Emissão**").
- 5.1.8. Data de Vencimento. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, previstas no item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, ocasião em que a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures pelo saldo remanescente de seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros devidos (conforme definido no item 5.3 abaixo), o vencimento das Debêntures ocorrerá em 25 de junho de 2015 ("**Data de Vencimento**").

### 5.2. Condições para Subscrição e Integralização das Debêntures

- 5.2.1. As Debêntures serão integralizadas no ato de subscrição à vista, em moeda corrente nacional, em uma única data ("**Data de Integralização**"). O preço de integralização de cada uma das Debêntures será equivalente ao Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão até a Data de Integralização, observado o disposto no item 4.6.3 acima.

### 5.3. **Remuneração das Debêntures**

- 5.3.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios ("**Juros**"), definidos a seguir, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, devidos a partir da Data de Emissão, e pagos trimestralmente em cada data de pagamento dos Juros, definidas no Anexo I da presente Escritura de Emissão ("**Data de Pagamento dos Juros**"), sendo o primeiro pagamento em 25 de setembro de 2012.
- 5.3.2. O Valor Nominal Unitário de cada Debênture não será atualizado monetariamente.
- 5.3.3. A remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, equivalentes a 110% (cento e dez por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("**Taxa DI Over**"), na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
- 5.3.4. Os Juros serão calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão (ou desde a Data de Pagamento dos Juros imediatamente anterior, conforme o caso) até a data de seu efetivo pagamento.
- 5.3.5. Os Juros serão calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros devidos na respectiva Data de Pagamento dos Juros, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das Taxas DI *Over*, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde,

$$p = 110,00$$

$n_{DI}$  = número total de Taxas DI *Over*, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “ $n_{DI}$ ” um número inteiro; e

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI *Over*, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

$\text{DI}_k$  = Taxa DI *Over* de ordem  $k$ , divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

#### 5.3.5.1. Observações:

- (i) A Taxa DI *Over* deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- (ii) O fator resultante da expressão  $\left[ 1 + \left( \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;

- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $\left[ 1 + \left( TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$ , sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado; e
- (iv) Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- 5.3.6. Caso a Taxa DI *Over* não esteja disponível quando da apuração dos Juros, na referida data, será aplicada a última Taxa DI *Over* aplicável divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto pela Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI *Over* disponível.
- 5.3.7. Na ausência da apuração ou divulgação da Taxa DI *Over* por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou em caso de extinção da Taxa DI *Over*, será convocada, pelo Agente Fiduciário, Assembleia de Debenturistas, nos termos da Cláusula X abaixo, em até 2 (dois) dias úteis contados da data que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento que der causa à referida convocação, para os Debenturistas deliberarem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis dos Juros. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial dos Juros entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, o Quorum Qualificado (conforme definido abaixo), a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros devidos, utilizando, para tanto, a última Taxa DI *Over* divulgada, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento de Juros, o que ocorrer por último, sem qualquer Prêmio e independentemente se ocorrer durante o Período de Carência.
- 5.3.8. Farão jus aos pagamentos aqueles que forem titulares de Debêntures no final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento dos Juros ou data de pagamento de cada Parcela de Amortização, conforme previsto nesta Escritura de Emissão.
- 5.4. **Amortização das Debêntures**
- 5.4.1. A amortização das Debêntures ("**Amortização**") será realizada a partir do 21º (vigésimo primeiro) mês, inclusive, contado da Data de Emissão, ou seja, 25 de março de 2014 ("**Data de Início da Amortização**"), sendo (i) a primeira parcela

paga na data anteriormente referida; (ii) os pagamentos das demais parcelas devidas realizados trimestralmente no dia 25 (vinte e cinco) do último mês do trimestre; e (ii) a última parcela paga na Data de Vencimento das Debêntures, conforme datas e percentuais constantes da tabela indicada no Anexo II à presente Escritura de Emissão (cada parcela da Amortização é doravante denominada "**Parcela de Amortização**").

## 5.5. **Garantia**

5.5.1. O pagamento das Debêntures será garantido por fiança prestada pelos Fiadores, os quais, obrigam-se, solidariamente com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos das Debêntures e da Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e dos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro, pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais e acessórios, devidos pela Emissora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("**Fiança**").

5.5.2. A Fiança é prestada pelos Fiadores, em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento de todas as suas obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão.

5.5.3. Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão.

5.5.4. Os Fiadores somente poderão exigir ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelos Fiadores nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

## 5.6. **Condições de Pagamento**

5.6.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados conforme disposto nos itens a seguir:

5.6.1.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora conforme os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que, a critério do Debenturista, não estiverem custodiadas junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pela instituição depositária das Debêntures ou na sede da Emissora, se for o caso.

5.6.1.2. Todo vencimento dos pagamentos que ocorra em sábados, domingos e feriados nacionais, inclusive perante a CETIP, será, para todos os fins e efeitos desta Escritura de Emissão, prorrogado para o dia útil subsequente.

5.6.1.3. Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida pela Emissora aos Debenturistas, os débitos em atraso, independentemente da incidência dos Juros, ficarão sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5.6.1.4. Caso os Debenturistas gozem de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, estes deverão encaminhar ao Agente Escriurador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária.

## 5.7. **Repactuação**

5.7.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas à repactuação programada.

## 5.8. **Resgate Antecipado**

5.8.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a resgate antecipado total ou parcial.

## **CLÁUSULA VI - VENCIMENTO ANTECIPADO**

## 6.1. **Vencimento Antecipado**

6.1.1. Independentemente do envio de comunicação à Emissora neste sentido, a ocorrência de quaisquer das situações previstas neste item, desconsiderados eventuais prazos de cura previstos para reversão do descumprimento, caracterizará o inadimplemento de obrigações da Emissora ("**Evento de Inadimplemento**") e, permanecendo o inadimplemento após os respectivos prazos de cura, se aplicável, consubstanciará hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures e à imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido de Juros devidos desde a Data da Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos ("**Vencimento Antecipado**"):

- (a) caso a relação "Dívida Líquida/EBITDA", contemplando os números da Britânia Eletrodomésticos Ltda. e suas controladas e da Philco Eletrônicos Ltda., apurados anualmente a partir do exercício de 2012 e expressos nos relatórios de auditoria, seja superior a 2,0 vezes;
- (b) transferência, direta ou indireta, do Controle (conforme definido no item 1.1.11 acima) da Emissora ou dos Fiadores;
- (c) (i) decretação de falência da Emissora ou dos Fiadores; (ii) pedido de autofalência pela Emissora ou dos Fiadores; (iii) pedido de falência da Emissora ou dos Fiadores, formulado por terceiros e não elidido ou contestado no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora ou dos Fiadores, ou eventos análogos, tais como, intervenção ou liquidação extrajudicial; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora ou dos Fiadores;
- (d) eventos ou situações que afetem comprovadamente de maneira adversa a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora ou dos Fiadores de cumprir com suas obrigações relacionadas às Debêntures, à Escritura de Emissão e aos demais documentos da Emissão;
- (e) (i) inadimplemento, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento, de qualquer obrigação financeira da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M

a partir da Data de Emissão; ou (ii) ocorrência de qualquer evento ou inadimplemento de qualquer obrigação, não sanado no prazo previsto no respectivo contrato ou instrumento, que gere ou possa ensejar a declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão;

- (f) não cumprimento de obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (g) não cumprimento de obrigações não pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão;
- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do respectivo protesto, tiver sido comprovado que o protesto: (i) foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; ou (ii) foi cancelado ou suspenso; ou (iii) teve sua exigibilidade suspensa por sentença judicial;
- (i) não cumprimento de decisão judicial transitada em julgado contra a Emissora ou os Fiadores;
- (j) caso seja determinado o arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora ou dos Fiadores, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o respectivo arresto, sequestro ou a penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;
- (k) realização, por qualquer autoridade governamental, de ato com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, propriedades ou das ações do capital social da Emissora;



- (l) autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, de valor, individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, exceto se no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do respectivo arresto, sequestro ou penhora, tiver sido comprovado que o arresto, sequestro ou penhora foi contestado ou substituído por outra garantia;
- (m) alteração ou modificação do objeto social das Emissora que modifique substancialmente as atividades por ela praticadas na presente data, e que venha comprovadamente afetar a capacidade financeira da Emissora, sem a prévia anuência, por escrito, dos Debenturistas;
- (n) comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão são falsas, incorretas ou enganosas;
- (o) não cumprimento pela Emissora ou pelos Fiadores das obrigações estabelecidas no Contrato de Distribuição;
- (p) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (q) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou dos Fiadores;
- (r) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Emissora que não afetem materialmente as atividades da Emissora;
- (s) descumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na Instrução CVM 476 e demais disposições legais e normativas aplicáveis à Emissora ou à Oferta Restrita e não sanado dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis;
- (t) solicitação pela Emissora, de moratória ou suspensão do pagamento ou reestruturação de suas dívidas com credores que representem mais de 3/5 (três quintos) do total de sua dívida;

- (u)** utilização dos recursos obtidos por meio desta Emissão para destinação diversa daquela prevista no item 4.2.1 acima;
- (v)** cancelamento, revogação ou rescisão de quaisquer documentos referentes à Oferta Restrita, sem a observância de seus termos;
- (w)** caso os documentos relacionados à Emissão se tornarem inexecutíveis, no todo ou em parte, nos termos da legislação aplicável, salvo se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data em que os documentos relacionados à Emissão se tornarem inexecutíveis nos termos da legislação aplicável, a Emissora apresentar proposta aos Debenturistas para manter a dívida relacionada à Emissão válida, devendo tal proposta ser aprovada pelos Debenturistas em Assembleia de Debenturistas;
- (x)** cisão, fusão, incorporação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que não tenha sido previamente aprovada pela totalidade dos Debenturistas, reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (y)** alteração de qualquer disposição prevista nos atos constitutivos da Emissora que coloque em risco a segurança do crédito dos Debenturistas, incluindo, mas não se limitando a transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (z)** qualquer outra circunstância que torne definitivamente impossível o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações assumidas nessa Escritura de Emissão;
- (aa)** cessação pela Emissora de suas atividades empresariais ou adoção das medidas societárias voltadas a sua liquidação ou dissolução;
- (bb)** sem a prévia anuência dos Debenturistas, alienação, cessão ou transferência de bens do ativo permanente da Emissora, cujo valor seja igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), ou o equivalente em outras moedas, valor esse a ser reajustado anualmente pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, e cujo produto da alienação, cessão ou transferência dos ativos não seja utilizado para a quitação da parcela da dívida investida em tais ativos;

- (cc)** declaração de nulidade da Fiança prestada por quaisquer Fiadores, sem que haja uma substituição por outra garantia, em montante igual ao originalmente estabelecido e aprovado pelos Debenturistas, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da Emissora da declaração de nulidade;
- (dd)** cancelamento, rescisão ou declaração judicial de invalidade ou ineficácia total ou parcial de aspectos substanciais desta Escritura de Emissão, desde que não revertida em 2 (dois) dias úteis;
- (ee)** pagamento, pela Emissora, de dividendos, exceto os obrigatórios por lei, ou juros sobre capital próprio, se estiver por mais de 5 (cinco) dias em mora, relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações relacionadas à presente Emissão;
- (ff)** redução do capital social da Emissora sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas; e
- (gg)** caso a Emissora não tenha suas demonstrações financeiras anualmente auditadas por auditor independente registrado perante a CVM, nos prazos e condições legais.

- 6.1.2. Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplementos indicados nas alíneas (b), (c), (e), (f), (n), (p) e (q) do item 6.1.1 acima, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente da convocação da Assembleia de Debenturistas e de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, pelo Agente Fiduciário nesse sentido.
- 6.1.3. Na ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento e observados os prazos de cura previstos nos itens da cláusula 6.1.1. acima sem que a Emissora reverta o Evento de Inadimplemento, o Agente Fiduciário deverá, em até 2 (dois) dias úteis da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Inadimplemento: (i) convocar Assembleia de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures; e (ii) comunicar a Emissora a respeito do referido Evento de Inadimplemento.
- 6.1.4. Caso, em sendo convocada a Assembleia de Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, esta não venha a se realizar, ou caso a Assembleia de Debenturistas se realize e não haja, respeitada a forma de convocação, quorum para deliberação definido no item 6.1.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado de todas as obrigações decorrentes das

Debêntures e notificar a Emissora ("**Notificação de Vencimento Antecipado**") a fim de exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido dos Juros devidos e não pagos aos Debenturistas desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento dos Juros, conforme o caso,, até a Data do Evento de Inadimplemento, acrescido de multa e demais encargos moratórios, conforme o caso, nos termos dessa Escritura de Emissão ("**Saldo na Data do Evento de Inadimplemento**").

- 6.1.5. Caso os titulares das Debêntures, na Assembleia de Debenturistas convocada pelo Agente Fiduciário, decidam, por decisão de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação ("**Quorum Qualificado**"), pelo Vencimento Antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário terá até 2 (dois) dias úteis para enviar a Notificação de Vencimento Antecipado à Emissora, comunicando a Emissora dessa decisão, mediante carta protocolada. Na data em que a Emissora receber referida comunicação será considerado o Vencimento Antecipado das Debêntures e, a partir de tal data, a Emissora terá 2 (dois) dias úteis para pagar os valores indicados no item anterior.

## **CLÁUSULA VII - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS**

### **7.1. Obrigações Adicionais da Emissora**

- 7.1.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, até o integral pagamento das Debêntures, a Emissora obriga-se a cumprir as disposições abaixo:
- (a) fornecer ao Agente Fiduciário: (i) qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis; e (ii) informações a respeito da ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
  - (b) apresentar ao Debenturista, em até 30 (trinta) dias contados da data da solicitação escrita neste sentido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória, relacionados à presente Escritura de Emissão;
  - (c) apresentar ao Agente Fiduciário, dentro de 3 (três) meses após o término de cada exercício social: (i) cópia das demonstrações financeiras completas e devidamente auditadas por empresa de auditoria cadastrada

na CVM, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos índices financeiros previstos na alínea (a) do item 6.1.1, acompanhados de declaração assinada por representante da Emissora atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade dos índices financeiros encaminhados, bem como atestando o integral cumprimento das obrigações constantes na presente Escritura de Emissão;

- (d) apresentar ao Agente Fiduciário, sempre que solicitado, cópias de todas as atas das assembleias gerais de acionistas e das reuniões da diretoria e do conselho de administração e do conselho fiscal, se e quando instalados, da Emissora que envolvam os interesses dos Debenturistas;
- (e) fornecer aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, em tempo hábil, todas as informações, corretas, completas e necessárias para atender aos requisitos da Emissão;
- (f) notificar o Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;
- (g) manter válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações, concessões e aprovações essenciais ao desenvolvimento das atividades preponderantes da Emissora;
- (h) cumprir todas as exigências técnicas estabelecidas nas referidas licenças, assim como manter em vigor todos os contratos e demais acordos substanciais, e que representem condição fundamental para a consecução do seu objeto social e para o seu funcionamento regular;
- (i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) não contrair empréstimos, financiamentos, operações de endividamento, emissão de quaisquer instrumentos de crédito para captação de recursos

que façam com que a Emissora deixe de manter a relação estipulada na alínea (a) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;

- (k) em caso de eventos que venham a caracterizar Vencimento Antecipado, ressarcir os Debenturistas, mediante pagamento de valores devidos, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (l) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando ao Agente Fiduciário, o Agente Escriturador e o Banco Mandatário;
- (m) cumprir, em todos os aspectos substanciais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) não praticar ato em desacordo com seu estatuto social ou esta Escritura de Emissão ou outro instrumento relacionado à presente Emissão;
- (o) convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (p) comparecer a Assembleia de Debenturistas, sempre que solicitado e convocada, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (q) manter, conservar e preservar, em boa ordem e condições de funcionamento, todos os bens substanciais, necessários ou úteis para a devida condução dos negócios da Emissora;
- (r) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 desta Escritura de Emissão;
- (s) não efetuar alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos na presente data;
- (t) não distribuir recursos aos acionistas da Emissora acima do mínimo legal ou contido no Estatuto Social da Emissora, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros ou amortização de dívida subordinada ou redução de capital, participação nos resultados e

honorários, a qualquer título, exceto caso a Emissora esteja em situação de total adimplência da obrigação constante da aliena (a) do item 6.1.1 acima;

- (u)** não votar, realizar ou permitir que seja votada ou realizada, por ocasião de qualquer alteração do Estatuto Social da Emissora, matérias que coloquem em risco a segurança do crédito dos Debenturistas;
- (v)** manter em situação regular suas obrigações junto a autoridades governamentais competentes, durante o prazo de vigência desta Escritura de Emissão;
- (w)** solicitar a autorização prévia dos Debenturistas para alterações societárias de qualquer natureza que impliquem a transferência, por qualquer das suas acionistas, de sua participação societária na Emissora;
- (x)** fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (y)** arcar de forma exclusiva com todos os custos relativos à Emissão;
- (z)** efetuar, tempestivamente, o recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures, os quais sejam legalmente atribuídos à Emissora;
- (aa)** manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (bb)** preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- (cc)** submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (dd)** divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;

- (ee) manter os documentos mencionados no inciso (dd) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (ff) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**") no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (gg) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao intermediário líder da Oferta Restrita;
- (hh) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
- (ii) notificar o Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias, caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se, total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas.

## **CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**

### **8.1. Declarações**

8.1.1. A Emissora e cada um dos Fiadores, naquilo que lhes couber e conforme aplicável, de forma individual e não solidária, neste ato, declaram e garantem que:

- (a) é uma sociedade comercial devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, se for o caso, à celebração desta Escritura de Emissão, bem como à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) esta Escritura de Emissão e cada um dos documentos da Emissão constituem obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Emissora e dos Fiadores, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral, e tais obrigações não se encontram subordinadas a qualquer outra



dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;

- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures foram devidamente autorizados pelos seus órgãos societários competentes e não infringem: (i) seu contrato ou estatuto social; ou (ii) qualquer lei ou qualquer restrição contratual que a vincule ou afete;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a emissão das Debêntures não infringem qualquer: (i) disposição legal, ordem, sentença ou decisão administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou os Fiadores ou qualquer de seus bens ou propriedades; (ii) contrato ou instrumento do qual a Emissora ou os Fiadores sejam parte; ou (iii) obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pelos Fiadores, nem irão resultar em vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos ou rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) não omitiu ou omitirá nenhum fato substancial, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Debenturistas;
- (g) seus balanços patrimoniais e as correspondentes demonstrações de resultado, cujas cópias foram fornecidas ao Agente Fiduciário, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora e dos Fiadores, se aplicável, nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora e dos Fiadores, se aplicável, referentes aos períodos encerrados em tais datas;
- (h) as informações financeiras da Emissora e dos Fiadores foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e, desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso substancial na situação financeira e nos resultados operacionais em questão;
- (i) encontra-se adimplente no cumprimento de todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais;
- (j) a Emissora e os Fiadores não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário ou conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer,

plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

- (k) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e nos demais instrumentos relacionados à presente Emissão; e
- (l) a Emissora observará as regras de Destinação dos Recursos da Emissão prevista nesta Escritura de Emissão e na Lei Aplicável.

## **CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

### **9.1. Do Agente Fiduciário**

- 9.1.1. A Emissora neste ato constitui e nomeia a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como Agente Fiduciário desta Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar os Debenturistas perante a Emissora.

### **9.2. Substituição**

- 9.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, os Debenturistas apresentarão à Emissora uma lista tríplice para que a Emissora escolha o novo Agente Fiduciário.
- 9.2.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, inclusive no caso da alínea (b) do item 9.3.1 abaixo, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.2.3. É facultado aos Debenturistas, a qualquer tempo, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em condições de mercado, escolhido pela Emissora a partir de lista tríplice apresentada pelos Debenturistas.
- 9.2.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivado na Junta Comercial competente onde será inscrita esta Escritura de Emissão.

- 9.2.5. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, no caso de agente fiduciário substituto, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até o cumprimento de todas as suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da legislação em vigor.
- 9.2.6. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário substituído deverá repassar, se for o caso, a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, à Emissora. O valor a ser pago ao agente fiduciário substituto, na hipótese aqui descrita, será atualizado a partir da data do efetivo recebimento da remuneração, pela variação acumulada do IGP-M.
- 9.2.7. O Agente Fiduciário, se substituído nos termos deste item 9.2, sem qualquer custo adicional para a Emissora ou para os Debenturistas, deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-lo, no prazo de 10 (dez) dias úteis antes de sua efetiva substituição, cópia digitalizada de todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre a Emissão e sobre a Emissora que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pelo Agente Fiduciário ou por qualquer de seus agentes envolvidos, direta ou indiretamente, com a presente Emissão ou que quaisquer das pessoas acima referidas tenham tido acesso por força da execução de suas funções, independentemente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações do Agente Fiduciário substituído, nos termos desta Escritura de Emissão.
- 9.2.8. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos nas normas e preceitos da CVM e eventuais normas posteriores aplicáveis.

9.3. **Deveres**

- 9.3.1. Além de outros previstos em lei ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- (d) promover, nos competentes órgãos, às expensas da Emissora, caso essa não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (e) acompanhar anualmente a manutenção da relação prevista na alínea (a) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão e imediatamente a ocorrência dos eventos previstos nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, informar os Debenturistas sobre qualquer descumprimento da referida relação ou da ocorrência de qualquer dos referidos eventos;
- (f) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (g) acompanhar o cálculo e a apuração dos Juros e das Parcelas de Amortização, nos termos desta Escritura de Emissão;
- (h) verificar, conforme o caso, a regularidade da constituição da Fiança, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções ou se assim solicitado pelos Debenturistas, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e dos Fiadores;
- (j) elaborar e encaminhar aos Debenturistas relatório anual destinado ao mesmo, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão

ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM (exceto pelas demonstrações financeiras previstas na alínea (c) do item 7.1 acima, que deverão ser encaminhadas no prazo ali especificado). O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas e os integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social:

- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (iv) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
  - (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção da relação explicitada na alínea (a) do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão;
  - (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
  - (vii) pagamentos dos Juros realizadas no período.
- (k)** colocar o relatório de que trata a alínea (j) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos na sede da Emissora e no seu escritório ou outro local previamente indicado;
- (l)** fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer à Emissora;

- (m) comunicar a Emissora acerca da declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures;
- (n) consultar os Debenturistas previamente à tomada de qualquer decisão relacionada à Fiança;
- (o) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos, de que tenha conhecimento;
- (p) solicitar, inclusive se requisitado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (q) comparecer à Assembleia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (r) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (s) notificar os Debenturistas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, inclusive as hipóteses previstas nas alíneas do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (t) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões, falsidades, incorreções ou inexatidões constantes de tais informações;
- (u) encaminhar aos Debenturistas, em até 3 (três) dias úteis contados de seu recebimento, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser por ele solicitada;
- (v) comunicar os Debenturistas, assim que ciente, sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou não) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma substancial, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures;

- (w) comunicar, imediatamente, aos Debenturistas qualquer ocorrência que importe modificação da utilização dos recursos, conforme previsto no item 4.2 desta Escritura de Emissão, e declarar, se for o caso, o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 6.1.1 desta Escritura de Emissão; e
- (x) disponibilizar o Valor Nominal Unitário, calculado pela Emissora, aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento ou de seu *website*.

#### 9.4. **Atribuições Específicas**

9.4.1. Observadas as disposições da presente Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses dos Debenturistas e para a realização de seus créditos, podendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, conforme disposto no item 6.1.1, desta Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, mediante autorização dos Debenturistas;
- (c) tomar quaisquer providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para exercício de seus direitos e obrigações a ele atribuídos no âmbito desta Escritura de Emissão; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou em processo similar aplicável à Emissora.

9.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b) e (c) do item 9.4.1 acima, mediante renúncia específica dos Debenturistas, por decisão tomada na Assembleia de Debenturistas.

9.4.3. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de

fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, a qual permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

9.4.4. O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação, exceto por aqueles já previstos na presente Escritura de Emissão.

9.4.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

#### 9.5. **Remuneração do Agente Fiduciário**

9.5.1. Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, correspondentes a uma remuneração anual de R\$4.000,00 (quatro mil reais), devida pela Emissora, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas na mesma data dos anos subsequentes.

9.5.2. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.5.3. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos do item 9.5.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M,



ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da 1ª (primeira) parcela de que trata o item 9.5.1.

- 9.5.4. Os honorários devidos pela Emissora em decorrência da prestação dos serviços do Agente Fiduciário de que trata o item 9.5.1 acima serão acrescidos dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido); e (v) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre referidos honorários, excetuando-se o IR (Imposto sobre a Renda) nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.
- 9.5.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.
- 9.5.6. A remuneração prevista nos itens anteriores será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.
- 9.5.7. Eventuais obrigações adicionais do Agente Fiduciário facultarão ao Agente Fiduciário a revisão dos honorários propostos, desde que devidamente aprovada pela Emissora.
- 9.5.8. A remuneração do Agente Fiduciário não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, após, sempre que possível, prévia aprovação, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, acompanhadas dos respectivos comprovantes, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

## 9.6. **Despesas**

- 9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos

Debenturistas ou para realizar seus créditos, desde que, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

- 9.6.2. O ressarcimento a que se refere o item 9.6.1 acima será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.
- 9.6.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.
- 9.6.4. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.
- 9.6.5. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.
- 9.6.6. As despesas a que se refere este item 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (b) extração de certidões;
  - (c) locomoções entre estados da federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções e devidamente comprovadas; e
  - (d) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

- 9.6.7. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

## **CLÁUSULA X - ASSEMBLEIA DE DEBENTURISTAS**

### **10.1. Assembleia de Debenturistas**

- 10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("**Assembleia de Debenturistas**").
- 10.1.2. A Assembleia de Debenturistas poderá ser convocada pela Emissora, pelo Agente Fiduciário ou por Debenturistas que representem, no mínimo, a titularidade de 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, em jornais de grande circulação e diários oficiais e nos prazos previstos na Lei das Sociedades por Ações. Na hipótese de haver apenas 1 (um) Debenturista, a convocação ficará dispensada, desde que devidamente comprovado o envio de comunicado ao Debenturista, na forma prevista no item 12.6 abaixo.
- 10.1.3. Aplicar-se-á à Assembleia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, para assembleias gerais.
- 10.1.4. A Assembleia de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a titularidade de metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 10.1.5. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

- 10.1.6. Mediante proposta da Emissora, a Assembleia de Debenturistas poderá, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, aprovar modificações nas condições das Debêntures.
- 10.1.7. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada Debênture caberá 1 (um) voto.
- 10.1.8. Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições estabelecidas nesta Escritura de Emissão dependerá da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, o Quorum Qualificado, exceto se houver outro quorum específico estabelecido para a matéria.
- 10.1.9. A presidência da Assembleia de Debenturistas caberá ao representante do Debenturista eleito pelos demais Debenturistas, mediante deliberação majoritária.
- 10.1.10. Será dispensada a realização de Assembleias dos Debenturistas caso as Debêntures sejam detidas em sua totalidade por um único Debenturista ou caso a totalidade dos Debenturistas acordem, por escrito, na decisão a ser tomada.
- 10.1.11. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembleia de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 5 (cinco) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia de Debenturistas em primeira convocação.
- 10.1.12. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia de Debenturistas.

## **CLÁUSULA XI - DO AGENTE ESCRITURADOR E BANCO MANDATÁRIO**

- 11.1. O **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, será o agente escriturador da presente emissão de Debêntures, responsável também pela custódia da Escritura de Emissão e dos demais documentos associados à Emissão ("**Agente Escriturador**").

- 11.2. O **Itaú Unibanco S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.701.190/0001-04, será o banco mandatário da Emissão ("**Banco Mandatário**").

## **CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS**

### 12.1. **Renúncia**

- 12.1.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou prerrogativa que caiba ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou prerrogativas, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### 12.2. **Custos de Registro**

- 12.2.1. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão, bem como seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão nos registros competentes serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

### 12.3. **Irrevogabilidade**

- 12.3.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

### 12.4. **Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas e dos Itens**

- 12.4.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.4.2. Os títulos das Cláusulas e itens desta Escritura de Emissão são ilustrativos e para referência e não terão nenhum efeito para a interpretação desta Escritura de Emissão.

12.5. **Título Executivo Extrajudicial**

12.5.1. Toda e qualquer quantia devida a qualquer das Partes por força desta Escritura de Emissão poderá ser cobrada via processo de execução, visto que as Partes, desde já, reconhecem tratar-se de quantia líquida e certa, atribuindo ao presente a qualidade de título executivo extrajudicial, nos termos e para os efeitos do artigo 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

12.6. **Publicidade e Comunicações**

12.6.1. Todas as notificações, solicitações e outras comunicações previstas nesta Escritura de Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente feitas por escrito e serão entregues em mãos, enviadas por meio certificado ou registrado (com aviso de recebimento) ou entregue por portador, e-mail ou fac-símile, para os seguintes endereços:

(a) Se para o Agente Fiduciário ou para os Debenturistas:

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 4, Sala 514, Barra da Tijuca  
Rio de Janeiro, RJ CEP 22640-102

At.: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

e-mail: [backoffice@pentagonotrustee.com.br](mailto:backoffice@pentagonotrustee.com.br)

[juridico@pentagonotrustee.com.br](mailto:juridico@pentagonotrustee.com.br)

/

(b) Se para a Emissora:

**DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**

Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1330 Bairro Hugo Lange  
Curitiba, PR CEP 80.040-265

At.: Luciano Santos ou Eduardo Negreiros

Telefone: (41) 3218-7860 / 3218-7710

Fac-símile: (41) 3218-7898

e-mail: [luciano.santos@britania.com.br](mailto:luciano.santos@britania.com.br)/[eduardo.negreiros@britania.com.br](mailto:eduardo.negreiros@britania.com.br)

Se para a CETIP:

**CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar,  
01452-001, São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-simile: (11) 3111-1564

(c) Se para o Agente Escriurador:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar – Torre Eudoro Villela  
São Paulo, SP, CEP 04344-902

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 5029-1905

e-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

(d) Se para o Banco Mandatário:

**ITAÚ UNIBANCO S.A.**

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar – Torre Eudoro Villela  
São Paulo, SP, CEP 04344-902

At.: Douglas Callegari

Telefone: (11) 5029-1905

e-mail: [douglas.callegari@itau-unibanco.com.br](mailto:douglas.callegari@itau-unibanco.com.br)

(e) Se para os Fiadores:

**BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**

Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange  
Curitiba, PR CEP 82520-060

At.: Luciano Santos ou Eduardo Negreiros

Telefone: (41) 3218-7860 / 3218-7710

Fac-simile: (41) 3218-7898

e-mail: [luciano.santos@britania.com.br](mailto:luciano.santos@britania.com.br)/[eduardo.negreiros@britania.com.br](mailto:eduardo.negreiros@britania.com.br)

**PHILCO ELETRÔNICOS LTDA.**

Avenida Nossa Senhora da Luz, nº 1.330, Bairro Hugo Lange  
Curitiba, PR CEP 82520-060

At.: Luciano Santos ou Eduardo Negreiros  
Telefone: (41) 3218-7860 / 3218-7710  
Fac-simile: (41) 3218-7898  
e-mail: [luciano.santos@britania.com.br](mailto:luciano.santos@britania.com.br)/[eduardo.negreiros@britania.com.br](mailto:eduardo.negreiros@britania.com.br)

**SR. CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA E SRA. ADRIANA VIALLE BUFFARA**

At.: Luciano Santos ou Eduardo Negreiros  
Telefone: (41) 3218-7860 / 3218-7710  
Fac-simile: (41) 3218-7898  
e-mail: [luciano.santos@britania.com.br](mailto:luciano.santos@britania.com.br)/[eduardo.negreiros@britania.com.br](mailto:eduardo.negreiros@britania.com.br)

12.6.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.6.3. A mudança dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, por cada uma das partes, conforme aplicável.

12.7. **Prorrogação dos Prazos**

12.7.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

12.8. **Cessão**

12.8.1. A Emissora não poderá alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação oriunda desta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio da totalidade dos Debenturistas. Os Debenturistas poderão alienar ou ceder esta Escritura de Emissão, no todo ou em parte, ou qualquer direito ou obrigação oriunda desta Escritura de Emissão sem a necessidade de obtenção do consentimento prévio da Emissora.

12.9. **Verificação de Veracidade**



- 12.9.1. A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos diretos a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.
- 12.9.2. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos diretos, perdas, custos ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.
- 12.9.3. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debêntures.

12.10. **Lei Aplicável**

- 12.10.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.11. **Eleição de Foro**

Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, com expressa renúncia de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir qualquer questão oriunda desta Escritura de Emissão.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam esta Escritura de Emissão, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2012

*Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Diamond Business Trading S.A., celebrada entre a Diamond Business Trading S.A., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, a Britânia Eletrodomésticos Ltda., a Philco Eletrônicos Ltda. e César Eduardo Isaacson Buffara e Adriana Vialle Buffara, na qualidade de Fiadores*

**DIAMOND BUSINESS TRADING S.A.**  
na qualidade de Emissora

---

**Nome:** César Eduardo Isaacson Buffara  
**Cargo:** Diretor Presidente

**BRITÂNIA ELETRODOMÉSTICOS LTDA.**  
na qualidade de Fiador

---

**Nome:** César Eduardo Isaacson Buffara  
**Cargo:** Diretor Presidente

**PHILCO ELETRÔNICOS LTDA.**  
na qualidade de Fiador

---

**Nome:** César Eduardo Isaacson Buffara  
**Cargo:** Diretor Presidente

**CÉSAR EDUARDO ISAACSON BUFFARA E ADRIANA VIALLE BUFFARA**  
na qualidade de Fiadores

*Página de assinaturas da Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária da Diamond Business Trading S.A., celebrada entre a Diamond Business Trading S.A., a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, como Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas, a Britânia Eletrodomésticos Ltda., a Philco Eletrônicos Ltda. e César Eduardo Isaacson Buffara e Adriana Vialle Buffara, na qualidade de Fiadores*

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**  
na qualidade de Agente Fiduciário e representante dos Debenturistas

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**Cargo:**

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**

**RG:**

## ANEXO I

### DATAS DE PAGAMENTO DOS JUROS

Nº da Parcela de Juros	Data de Pagamento dos Juros
1ª parcela	25/09/2012
2ª parcela	25/12/2012
3ª parcela	25/03/2013
4ª parcela	25/06/2013
5ª parcela	25/09/2013
6ª parcela	25/12/2013
7ª parcela	25/03/2014
8ª parcela	25/06/2014
9ª parcela	25/09/2014
10ª parcela	25/12/2014
11ª parcela	25/03/2015
12ª parcela	25/06/2015

## ANEXO II

### DATAS DE PAGAMENTO DAS PARCELAS DE AMORTIZAÇÃO

<b>Nº da Parcela de Amortização</b>	<b>Percentual de Amortização (%)</b>	<b>Data de Pagamento da Parcela de Amortização</b>
1ª parcela	16,6666	25/03/2014
2ª parcela	16,6666	25/06/2014
3ª parcela	16,6666	25/09/2014
4ª parcela	16,6666	25/12/2014
5ª parcela	16,6666	25/03/2015
6ª parcela	16,6670	25/06/2015